



FUTURO

Curso de Libras da UFRJ dá exemplo de compromisso com a inclusão e já tem sete professores e 59 alunos surdos. Desafio é aumentar o número de intérpretes.

Página 4

CHAPA 1 VENCE ELEIÇÃO DO ANDES. NA UFRJ, A CHAPA 2 GANHOU

Páginas 6 e 7

Mais de 1.500 professores podem antecipar aposentadoria

> A notícia vale para docentes que recebem adicionais de insalubridade, periculosidade e radiação ionizante. O Supremo Tribunal definiu que os servidores podem converter em tempo comum o tempo especial trabalhado sob condições de risco à saúde. A decisão permitirá que os professores alcancem mais rápido os requisitos necessários para a aposentadoria ou o recebimento do abono permanência. O docente deverá protocolar o processo no Sistema Eletrônico de Informações. A medida também pode favorecer aposentados. O Departamento Jurídico da AdUFRJ está à disposição para mais esclarecimentos.

Página 3



FIM DO OBSCURANTISMO DE TRUMP

Pesquisadores analisam impacto da vitória de Biden sobre a Ciência e as universidades

Página 8



EDITORIAL

É PRECISO AVANÇAR MAIS!

DIRETORIA

Esta é a primeira semana, desde que assumimos a diretoria da AdUFRJ, que podemos noticiar uma mudança qualitativa muito significativa no cenário internacional com fortes repercussões para o Brasil. Sem qualquer ilusão, mas com a certeza de que as relações de poder foram alteradas, entramos em novembro com a confiança de que não podemos, nem iremos, esmorecer. Ao contrário, é urgente reavivar as energias e partir para a ofensiva. O efeito cascata das eleições norte-americanas pode chegar também até nós no próximo domingo, quando depositaremos nossos votos para as eleições municipais. Esse novo cenário poderá também impulsionar as mudanças para as universidades públicas.

É a hora de impulsionarmos grandes campanhas nacionais pela posse dos reitores eleitos e contra os cortes do orçamento de 2021, que ainda precisa ser aprovado pelo Congresso. A proposta destrutiva mais ambiciosa do governo, a reforma administrativa, não emplaca esse ano, mas nem por isso deixa de ser importante o seu enfrentamento. E, nesse caso, não são poucos os desafios que nos aguardam. Há um sério embate a ser travado no Congresso Nacional, onde ela será discutida e votada. Precisaremos enfrentar também esse debate junto à sociedade, assim como as campanhas de difamação dos servidores públicos e a confusão de informações, pois usamos os grandes salários e os privilégios de uma casta de servidores (que estarão de fora da reforma) para saquear os parques salariais da maioria, que são os profissionais da Saúde

PROFESSOR HESIO DE ALBUQUERQUE CORDEIRO (1942-2020)

■ A diretoria da AdUFRJ recebeu consternada a notícia da morte do pesquisador Hesio de Albuquerque Cordeiro, no domingo (8/11), aos 78 anos. Professor e ex-reitor da Uerj (1992-1995), ele foi um dos idealizadores do Sistema Único de Saúde. Médico sanitaria, Hesio foi um dos fundadores do Instituto de Medicina Social da Uerj, onde trabalhou até a aposentadoria. Formou-se em Medicina e fez mestrado na instituição, em 1965 e 1978, respectivamente. O doutorado foi obtido na USP, em 1981. Foi também consultor da Organização Pan-americana de Saúde (Opas). Entre 1983 e 1985, presidiu a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), onde se destacou em defesa do Movimento pela Reforma Sanitária Brasileira. Em 1985, assumiu a presidência do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). Sob sua coordenação, em 1986, foi realizada a VIII Conferência Nacional de Saúde, consagrando as ideias defendidas pela Reforma Sanitária e que vieram a constituir os pilares do SUS. Foi ainda diretor da Agência Nacional de Saúde de 2007 a 2010 e, em 2015, recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).



SINDICATO CONVOCA CAMPANHA NACIONAL

■ A AdUFPB divulgou em 5/11 nota de repúdio à "nomeação indevida" para reitor da Universidade Federal da Paraíba do terceiro colocado na lista tríplice pelo presidente Jair Bolsonaro. A entidade classificou o ato como "intervenção inaceitável": "A autonomia e a democracia estão mais uma vez sendo desrespeitadas pelo governo Bolsonaro". A nota convoca para uma campanha nacional de luta contra as intervenções nas instituições públicas de ensino superior: "Hoje foi a UFPB, amanhã poderá ser qualquer universidade pública brasileira", diz o texto.

BOLSONARO NOMEIA CANDIDATO COM NENHUM VOTO NA UFPB

■ Mais um golpe na autonomia universitária. No dia 5, o presidente Jair Bolsonaro nomeou o terceiro colocado da lista tríplice para a reitoria da Universidade Federal da Paraíba. O professor Valdney Veloso ficou em último na consulta à comunidade e não recebeu sequer um voto no Colégio Eleitoral da instituição. A nomeação amplia para 15 o número de interventores em universidades e institutos federais no atual governo. A lista tríplice da UFPB, formada em 10 de setembro, obedeceu à ordem da consulta, vencida pela professora Tezinhinha Domiciano. Ela recebeu 47 votos dos conselheiros e o professor Isac Medeiros, 45. No Supremo Tribunal Federal, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6565, ajuizada pelo Partido Verde, tenta impedir as intervenções. Três ministros já votaram que o presidente deve nomear o primeiro colocado das listas tríplices enviadas pelas universidades. O ministro Gilmar Mendes interrompeu o julgamento eletrônico com um pedido para o caso ser apreciado em sessão presencial, ainda sem data.

INTERVENTÔMETRO

(15) **SOFRERAM INTERVENÇÃO:**
Nomeado o 2º colocado:
UFES – UFTM – IFSC

Nomeado o 3º colocado:
Unifesspa – UFRGS – UFFS – UFRB – UFC – UFRSA – UFVJM – UFPB

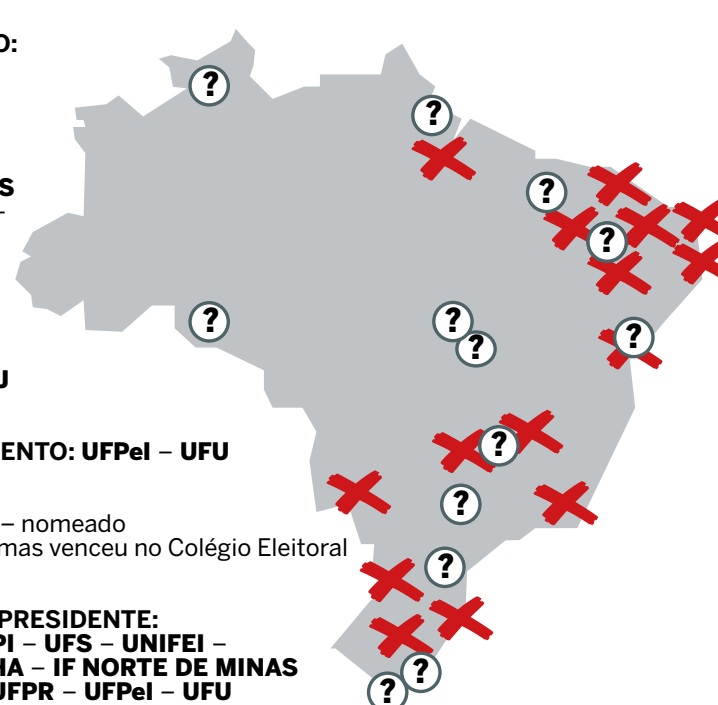
Nomeado não participou do processo:
UNIVASF – IFRN – UFGD

Nomeado de fora: **CEFET-RJ**

(2) **COM ELEIÇÃO EM ANDAMENTO: UFPB – UFU**

(1) **CASO SINGULAR: UNIRIO** – nomeado não participou da consulta, mas venceu no Colégio Eleitoral

(13) **AGUARDAM DECISÃO DO PRESIDENTE:**
UnB – UNIR – IFMA – UFPI – UFS – UNIFEI – UFGAR – IF FARROUPILHA – IF NORTE DE MINAS GERAIS – IF RORAIMA – UFPR – UFPA – UFU



UNIVERSIDADE NA SÉTIMA ARTE

A relação entre universidade e as transformações sociais nas telas do cinema esteve em debate no CineAdUFRJ, uma parceria do sindicato com o Grupo de Educação Multimídia da Faculdade de Letras (GEM), no dia 4/11. "A universidade aparece como uma grande provocadora da autoconsciência da sociedade", avalia Alexandre Pilati, docente do Instituto de Letras da UnB.

Para o pesquisador, a representação da instituição na sétima arte reflete uma inquietação natural sobre o futuro. "A ideia de um projeto nacional que vá além de uma realidade social, cada vez mais degradada, não pode prescindir da universidade", opina. "E a universidade não pode descartar seu papel para a construção de um projeto de país soberano e popular", completa.

Dois longas e três curtas-metragens conduziram as reflexões: "Os Sonhadores" (Bertolucci), "Barra 68 - Sem Perder a Ternura" (Vladimir Carvalho), "Universidade em Crise" (Renato Tapajós), "Escola de Comunicação" (Miguel Freire) e "Cabeças Falantes" (Natasha Rodrigues). Os filmes abordam de formas distintas potencialidades e limitações dos espaços acadêmicos para criar mudanças.

"Se houve uma revolução na universidade brasileira, ela chama-se cotas", avalia a pró-reitora de Extensão da UFRJ, Ivana Bentes. Os avanços e obstáculos para as ações afirmativas são tratados em "Cabeças Falantes". A partir do filme, a professora da Escola de Comunicação compara o maio de 1968 francês às políticas públicas de inclusão no ensino superior brasileiro. "Não podemos esquecer que lá o foco também estava nas minorias: mulheres, negros e operários de fora da universidade", argumenta.

Ivana destaca o impacto da renovação do público universitário para a produção de conhecimento. "Mesmo quando radicalizado, o protagonismo de mais sujeitos na universidade é extremamente rico e importante tanto no que se refere às formas de expressão quanto em termos de temas e conteúdo", afirma.

Mais cético, o professor e pesquisador do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social da UFRJ (Nides), Flávio Chedit, questiona uma "crença na universidade como motor de transformações sociais". Sua crítica se apoia no trabalho do catadático da Universidade de Coimbra, Boaventura de Sousa Santos – que aponta para o esvaziamento da influência da instituição nas últimas décadas. O Cine debate AdUFRJ/GEM é um evento quinzenal que sempre aborda temas da agenda política atual. O encontro do dia 4/11 foi o segundo consecutivo com reflexões sobre educação e transformações sociais. (Elisa Monteiro)

STF autoriza conversão do tempo especial

> Tribunal reconhece direito de professores que trabalham sob condição de risco à saúde a ampliar período de contribuição à Previdência Social

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Uma boa notícia para 1.554 professores da UFRJ que recebem os adicionais de insalubridade e radiação. No início de setembro, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que os servidores podem converter em tempo comum o tempo especial trabalhado sob condições de risco à saúde. A decisão, que amplia o período de contribuição à Previdência Social, vai permitir aos docentes chegar mais rapidamente aos requisitos necessários para solicitar a aposentadoria ou o recebimento do abono permanência.

O cálculo segue as mesmas regras dos trabalhadores celetistas: para quem ganha o adicional de insalubridade/radiação ionizante de 5%, que representa o risco leve, o tempo especial será convertido para tempo comum na ordem de 1,4 para os homens e 1,2 para as mulheres. O adicional

de periculosidade, sempre de 10%, será convertido ao tempo comum na ordem de 1,75 para os homens e 1,5 para as mulheres (confira no quadro a tabela completa). Como podem se aposentar mais cedo, elas sempre têm um multiplicador menor.

O docente deverá protocolar o processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) com o assunto AVERBAÇÃO DE TEMPO ESPECIAL, ou pedir auxílio ao Departamento de Recursos Humanos da unidade para o procedimento, se ativo; e na seção de aposentados e pensionistas, se já estiver aposentado.

A conversão também pode ser interessante para quem se aposentou e não teve o tempo especial convertido antes, para fins de aposentadoria ou concessão de abono permanência – durante alguns anos, houve o reconhecimento do tempo especial para servidores. "O primeiro passo é fazer o pedido de nova contagem do tempo de serviço. A administração vai informar o tempo total. E depois vamos ver em que tipo de aposentadoria

VEJA A TABELA DE CONVERSÃO

ADICIONAIS	MULTIPLICADORES	
	HOMEM	MULHER
Insalubridade/ionizante – 5%	1,4	1,2
Insalubridade/ionizante – 10%	1,75	1,5
Insalubridade/ionizante – 20%	2,33	2
Periculosidade – 10%	1,75	1,5

QUANTOS PROFESSORES RECEBEM ADICIONAIS:

Insalubridade:	341
Periculosidade:	17
Radiação Ionizante:	95
Adicionais Judiciais*:	1.117

*em 2018, todos os adicionais foram suspensos até apresentação de um novo laudo. Os pagamentos foram garantidos na Justiça. O módulo de ações judiciais é de difícil consulta, segundo a PR-4, e não foi possível fazer a diferenciação entre os adicionais até o fechamento desta matéria. Folha de outubro/2020 – Fonte: PR-4

o servidor vai se encaixar. São muitas opções", explica Ana Luísa Palmisciano, assessora jurídica da AdUFRJ. "Qualquer dúvida, procurem o plantão jurídico", completa a advogada.

Atenção: pode ser multiplicado todo o tempo trabalhado em condições nocivas à saúde até 12 de

novembro do ano passado, data de promulgação da última reforma da Previdência. O período posterior depende de regulamentação por lei complementar.

Questionada sobre a documentação necessária para fazer a conversão, a pró-reitoria de Pessoal (PR-4) informou que o

FÉRIAS PODEM COINCIDIR COM PERÍODO DE AULAS

Como marcar as férias para 2021? O procedimento, trivial para os professores em anos anteriores, gerou incertezas diante de um ano letivo que preenche os meses de janeiro e fevereiro e apresenta recessos de apenas duas semanas entre os períodos de aulas remotas. Para minimizar os danos de um calendário tão sufocante, a AdUFRJ apresentou recurso ao Conselho Universitário para ampliar em uma semana o primeiro período de recesso, entre 2020.1 e 2020.2, no mês de março. Mas o pedido foi rejeitado.

Mesmo com recessos reduzidos, o direito ao descanso deve ser preservado. Presidente da seção sindical, a professora Eleo-

nora Ziller esclarece que o tempo de férias pode coincidir com os semestres letivos. "Não existe nenhuma lei que proíba marcar férias durante o período letivo. Mas ela necessita da autorização da chefia imediata, no caso o chefe de departamento. Por isso, a questão é principalmente uma negociação dentro do próprio departamento, que envolve o conjunto de professores", explica. "Alternativas como deixar aulas gravadas por uma ou duas semanas, juntar turmas com um ou dois colegas e assim revezar a condução do trabalho são arranjos possíveis", diz Eleonora.

A presidente também chama atenção para o rito administra-

tivo, tradicional nas unidades, de conceder um prazo para todos os docentes realizarem as marcações de férias, ainda este ano. A providência facilita o trabalho das seções de pessoal e de gestão acadêmica.

TIRA-DÚVIDAS

As férias de 45 dias dos professores podem ser parceladas em até três vezes. A superintendente administrativa da pró-reitoria de Pessoal, Maria Tereza Ramos, informa que só existe restrição de período mínimo para os servidores sujeitos à exposição à radiação ionizante. "De 20 dias em duas parcelas. No caso dos docentes, um período de 20 e

um de 25. Para os demais, não há restrição".

Se o professor quiser garantir uma verba maior em janeiro para cobrir despesas como IPVA ou matrículas escolares dos filhos, é necessário marcar uma das parcelas das férias para o mês. "Precisa, sim. O adiantamento do 13º salário vem junto com o terço de férias", observa a dirigente da PR-4.

Para quem já marcou as férias, mas quer alterar o período, ainda dá tempo. "É possível, com justificativa e autorização do diretor da unidade, até a folha do mês anterior ao início do período das férias que se deseja alterar, de modo que a chefia de pessoal

possa homologar a solicitação", completa a superintendente. As chefias têm até o fechamento da folha anterior ao mês de gozo do período das férias para homologar a solicitação de férias dos docentes.

Até o momento, a universidade parece estar se ajustando sem grandes problemas à nova realidade. Nem a assessoria jurídica da AdUFRJ nem a Ouvidoria da UFRJ registraram reclamações de docentes quanto à marcação de férias. Entre alguns professores do Conselho de Representantes da AdUFRJ ouvidos pela reportagem, a grande preocupação é que as férias não sejam um efetivo período de descanso: o tempo poderá ser utilizado para aulas da pós, orientações ou gravações de aulas para o período seguinte.

últimas universidades que fazem o pagamento. "Entra governo, sai governo, a gente vem conseguindo travar batalhas judiciais e manter os 26,05%. Já fizemos o recurso, mas, ao que parece, desta vez vai ser muito difícil manter", explica a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. O corte virá no próximo contracheque.

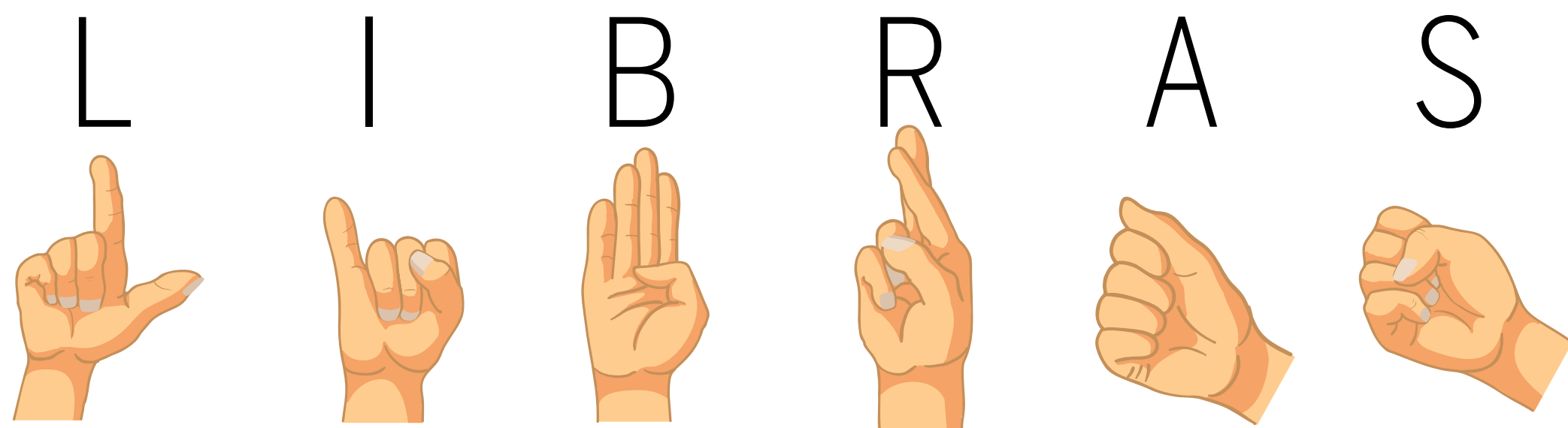
CORTE DOS 26,05%

A AdUFRJ ainda tenta reverter na Justiça o corte dos 26,05% (Plano Verão de 1989), rubrica recebida por aproximadamente cinco mil professores ativos e aposentados. O sindicato resiste há décadas pela manutenção dos valores e a UFRJ é uma das

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL SOBRE O 13º SALÁRIO

Haverá um desconto maior para a AdUFRJ no próximo contracheque. Não se trata de aumento da contribuição sindical, mas sim o desconto sobre o 13º salário dos filiados, como ocorre todos os anos. Depois, a contribuição volta ao valor normal.





Faculdade de Letras dá exemplo de inclusão

> Com sete professores e 59 alunos surdos, curso de Letras-Libras amplia a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica. Desafio é aumentar número de intérpretes

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

Na última década, a UFRJ deu alguns passos importantes para a inclusão na vida acadêmica de alunos e professores com deficiência. E um dos exemplos mais vigorosos desse processo de transformação está na Faculdade de Letras: criado em 2015, o curso de Letras-Libras (Língua Brasileira de Sinais) tem hoje sete professores surdos (seis deles efetivos) no quadro, e 59 alunos surdos. Esse grupo vem abrindo portas para conquistar seus direitos na universidade e, ao mesmo tempo, mudar a cultura da Faculdade de Letras, pavimentando o caminho para outros alunos e professores surdos que venham depois.

“Eu entendo que a nossa missão é ajudar os alunos surdos”, disse a professora Clarissa Guerreta, coordenadora do curso de Letras-Libras. Ao lado do professor Bruno Abrahão, chefe do Departamento de Letras-Libras, Clarissa deu uma entrevista para o **Jornal da AdUFRJ**, que contou com o trabalho de dois intérpretes de Libras. Clarissa e Bruno são surdos, e ocupam posição de chefia no curso, o que explica a maneira como chamam para si a responsabilidade pela integração de alunos e outros professores.

Em condições normais, a integração entre surdos e ouvintes já exige um grande esforço. A pandemia acentuou esse quadro. “Percebi que eu precisaria de uma estratégia para suprir as necessidades dos alunos, porque a faculdade não pode parar”, contou Clarissa. Sua estratégia foi desdobrar-se para conscientizar o corpo social da Faculdade de Letras, e da UFRJ, das necessidades específicas que estes alunos (e mesmo os

“**Eu sou brasileiro como outro qualquer, e as pessoas acabam me vendo como um estrangeiro, um estrangeiro linguístico. Sei que Libras é uma língua minoritária e tem as suas barreiras, mas o brasileiro precisa vencer isso”**

BRUNO ABRAHÃO
Professor e chefe do Departamento de Letras-Libras

professores surdos) têm para comunicar-se a distância.

“Não gosto de estar separado dos demais departamentos, sempre prezei pela união, mas às vezes as pessoas não entendiam a necessidade que eu tinha do vídeo, e fechavam a câmera”, contou a professora Clarissa, que já recusou ofertas da direção da Faculdade de Letras, e até da Pró-Reitoria de Graduação (PR-1), para que as reuniões com o Departamento de Letras-Libras fossem feitas em separado. “Nós somos iguais, queremos trabalhar como todos, e para isso precisamos de condições de trabalho”, desabafou. É muito comum entre os sur-



A ENTREVISTA ao **Jornal da AdUFRJ** foi concedida com auxílio de intérpretes

dos que o Português seja a sua segunda língua. A primeira é Libras, que é uma língua expressa na escrita de maneira diferente do Português. Isso demanda que os textos tenham alguma adaptação para os surdos. Eles podem ser reescritos para facilitar a leitura para os surdos, mas o ideal é que seja feita a tradução para Libras. “A Libras tem a sua própria estrutura e gramática, assim como o Português. Quando você faz uma tradução é diferente de apenas pesquisar o significado de uma palavra no dicionário”, explicou o professor Bruno Abrahão. “Para o surdo é importante que haja a tradução para a Libras”.

A falta de intérpretes é um problema pelo qual passam professores e alunos surdos no curso de Letras-Libras. São apenas dez para acompanhar todas as aulas do curso. “A maior dificuldade do curso hoje é a falta de tradutores e intérpretes”, relata a diretora da Faculdade de Letras, Sonia Reis. “A demanda aumenta se considerarmos as aulas remotas, que exigem, além dos dois intérpretes, um escriba, para anotar o conteúdo da aula para os alunos, e um mediador, todos com formação específica para isso”, explicou a diretora. “A dificuldade é enorme. Temos que contratar mais pessoas”.

Fernando Pereira, aluno do 8º período do curso, concorda com

a opinião dos professores. “São muitas disciplinas para poucos intérpretes”, relata o estudante. Para Alesson Lemos, aluno do 7º período, o quadro preocupa, porque a tendência é que mais alunos surdos cheguem à universidade. “Nunca se viu tantos surdos fazendo vestibular, então a faculdade precisa pensar nessa parte estrutural. Vai ter uma hora que não vai dar mais”, disse o estudante.

A UFRJ conta com uma Diretoria de Acessibilidade (Dirac), ligada ao gabinete da reitora. Uma das áreas em que a Dirac atua é na coordenação de intérpretes de Libras para a universidade. A reportagem do **Jornal da AdUFRJ** tentou contato com a Dirac para saber de quantos intérpretes a diretoria dispõe e quais são as suas principais dificuldades para atender às demandas da universidade, mas, infelizmente, não obteve resposta até o fechamento desta edição.

Bruno e Clarissa têm trajetórias diferentes, e até uma relação diferente com a Libras na sua história: ele fala desde pequeno a língua, ela relutou em aprender a falar. Mas para os dois comunicar-se foi fundamental para um processo de transformação pessoal e profissional. E as semelhanças não param por aí. Ambos se formaram na mesma universidade, a Federal de Santa Catarina (UFSC),

onde foi criado o primeiro curso de Libras do país, em 2006. Também foram contemporâneos e entraram juntos na UFRJ como docentes. Mas o maior elo entre os dois é a luta por um mundo que abra espaço para eles.

“Eu sou brasileiro como outro qualquer, e as pessoas acabam me vendo como um estrangeiro, um estrangeiro linguístico. Sei que Libras é uma língua minoritária e tem as suas barreiras, mas o brasileiro precisa vencer isso”, disse Bruno. E sua luta acabou ajudando a começar a construir um espaço dentro da Faculdade de Letras que seja mais acolhedor para os surdos. “Na divisão de ensino, quanto mais os alunos vão aumentando a demanda, mais os funcionários vão aprendendo a se comunicar mais e melhor”, relatou.

Para ser um bacharel ou professor de Libras é preciso fazer o curso superior oferecido pela UFRJ, mas para aprender a comunicar-se na língua não faltam ofertas mais acessíveis. O CLAC (Cursos de Línguas Abertas à Comunidade) da Faculdade de Letras oferece cursos de Libras, e há atividades de extensão que ensinam a falar a língua. “A direção estimula que técnicos e professores de outros cursos aprendam Libras”, contou a diretora da Faculdade de Letras. “Muitos dos nossos técnicos aprendem Libras para se comunicar”.

Pesquisadores da UFRJ defendem volta às aulas

> CAP critica e não vai reabrir. Especialistas destacam prejuízo causado pelo longo fechamento dos colégios, mas reafirmam a importância do planejamento. Prefeitura autorizou reabertura

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

“A reabertura das escolas é necessária e imprescindível”. Esta é a conclusão de um documento lançado há poucos dias pelo GT Coronavírus da UFRJ. O relatório analisa os impactos de manter as crianças em casa por mais tempo e sinaliza os prejuízos globais para a saúde, sociabilidade e aprendizagem. Ressalta, ainda, a necessidade de seguir os protocolos sanitários. Os pesquisadores consideram que atender às medidas de segurança é primordial “para que o retorno aconteça de forma a minimizar os riscos de exposição tanto das crianças e adolescentes quanto dos professores e funcionários”.

Roberto Medronho, professor da Faculdade de Medicina e coordenador do GT, explica que a intenção foi cobrar das autoridades que se mobilizem para a adequação das escolas públicas para a volta às aulas. “Nossa proposta não é de retorno imediato das atividades, mas pressionar para que haja planejamento para um retorno seguro o mais breve possível”, destaca. “Até agora, nada está sendo feito”, critica o médico.

A orientação foi divulgada dias antes de a prefeitura do Rio iniciar a última etapa do plano de flexibilização. Além da abertura de mais espaços de convivência, o prefeito Marcelo Crivella anunciou a volta às aulas das turmas do 9º ano das escolas municipais. A reabertura das escolas está liberada desde a última segunda-feira, dia 9, e acontecerá de forma voluntária, após reunião das instituições com as famílias dos alunos. O retorno das outras séries deve acontecer de maneira gradual.

Epidemiologista, Medronho afirma que estudos indicam que as escolas podem ser seguras. “Nossa orientação de fato mudou. A primeira recomendação era de manutenção das escolas fechadas porque sabíamos que vírus respiratórios em crianças são de fácil propagação com potencial de complicações”, lembra. “Porém, após sete meses e meio, as evidências nos mostram que a transmissão do Sars-Cov-2 entre crianças não é significativa. E que há menos chances de a doença, em crianças, evoluir para um quadro



grave”, explica.

Ainda segundo essas evidências científicas, os surtos observados em comunidades escolares foram provocados por adultos, que acabaram também infectando pessoas fora das escolas. Perguntado sobre o Colégio de Aplicação da UFRJ, que tem como característica atender à educação básica, mas também aos alunos adultos, de graduação, Medronho orientou a permanência em ensino remoto neste momento. “O CAP tem uma estrutura de educação remota que funciona muito bem, mantém contato com as famílias e as crianças”, afirma. “Mas é necessário que a UFRJ faça as intervenções de infraestrutura necessárias para que a escola possa retornar com segurança”.

FOCO NA REDE PÚBLICA

A preocupação focada nas escolas municipais e estaduais tem uma explicação. São elas que atendem a maior parte dos estudantes que vivem em favelas e periferias. “As crianças das escolas públicas estão invisibilizadas, sem aulas e em situação dramática. Seus familiares já voltaram ao trabalho presencial e muitas delas não têm com quem ficar, o que torna a situação delas de ainda maior vulnerabilidade”, justifica o especialista. “Quanto mais tempo fora da escola, maior o risco de evasão”, destaca.

A médica Lígia Bahia, especialista em Saúde Coletiva, subscreeve a nota técnica do GT. “Está muito difícil para as crianças. Temos uma crise sanitária superposta a uma crise educacional”, concorda a especialista.

“**Nossa orientação de fato mudou. A primeira recomendação era de manutenção das escolas fechadas porque sabíamos que vírus respiratórios em crianças são de fácil propagação com potencial de complicações. Porém, após sete meses e meio, as evidências nos mostram que a transmissão do Sars-Cov-2 entre crianças não é significativa. E que há menos chances de a doença, em crianças, evoluir para um quadro grave”**

ROBERTO MEDRONHO
Epidemiologista, professor da Faculdade de Medicina, integrante do GT Coronavírus da UFRJ

“Ainda temos o agravante de enorme aumento de casos de violência contra crianças nas suas casas. A escola é, muitas vezes, o único local onde essas violências podem ser detectadas e combatidas”, diz Lígia.

Ex-vice-presidente da AdUFRJ, a médica considera que o retorno deve ser gradual. “Neste primeiro momento a escola tem que abrir e acolher as crianças. A escola deve ir até as famílias. A proposta é de uma atuação focalizada nas crianças em maior vulnerabilidade social”, orienta. “É importante que o primeiro momento da abertura seja de apoio afetivo e acolhimento. Esse posicionamento é diferente de defender a retomada das aulas a todo custo”, pondera.

A professora Denise Pires de Carvalho, reitora da UFRJ, também defende o posicionamento do grupo de trabalho. “A nota tira as escolas e os governos da inércia. E orienta para que não haja um retorno de todos sem planejamento. Isso realmente não pode acontecer”, afirma. “Na Austrália as escolas ficaram abertas para os pais que prestavam serviços essenciais. Lá houve lockdown total, mas as escolas e creches não fecharam em nenhum momento”, diz a reitora.

Denise acredita que o protagonismo deve ter como centro o Colégio de Aplicação. “O ideal é que nós lideremos um retorno seguro, sem ser açodado, assim como lideramos a suspensão das atividades. Vamos primar pela segurança de professores, servidores e de nossos estudantes. O MEC precisa ser pressionado para que as escolas

sejam estruturadas para esse momento”.

CAP NÃO VOLTA

Diretora do Colégio de Aplicação, a professora Maria de Fátima Galvão não tem planos de voltar às aulas presenciais pelo menos até abril. “Nosso calendário letivo de 2020 termina em abril. Não achamos que este seja o momento de voltar e não temos a intenção de retornar presencialmente antes de abril. É muito importante que as condições para esse retorno sejam ressaltadas”, destaca a docente.

O preparo para um futuro retorno presencial, informa a diretora, está sendo estudado pelo GT Coronavírus do colégio, que funciona como um “braço” do GT central. “O nosso grupo de trabalho já pensa como se dará esse retorno de forma segura, mas ainda não temos questão fechada sobre esse tema”, diz. “Há todo um processo que deve acontecer antes da reabertura, que não pode ser precipitado ou negligenciado”, finaliza a dirigente.



Chapa 1 vence Andes. Grupo está na direção há 20 anos

> Vencedora obteve 55% dos votos em todo o país, enquanto a Chapa 2 – Renova Andes, de oposição, foi escolhida por 44% dos docentes. Diferença entre as chapas vem caindo desde 2018

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

O primeiro processo eleitoral a distância do Andes levou à vitória a Chapa 1 – Unidade para lutar. A chapa, cuja presidência é da professora Rivânia Moura, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, obteve 7.086 votos (55% do total). O grupo lidera o sindicato desde a eleição do professor Roberto Leher, em 2000. A Chapa 2 – Renova Andes, de oposição à

diretoria nacional, foi a escolhida por 5.658 docentes (44% dos votantes). A chapa trazia como candidata a presidente a professora Celi Taffarel, da Universidade Federal da Bahia. Brancos e nulos somaram 112 votos. O 10º Conad extraordinário, previsto para acontecer ainda de maneira remota no próximo mês, dará posse à nova diretoria.

A vitória da Chapa 1 aconteceu num cenário de queda tanto do colégio eleitoral geral, quanto de participantes. Apenas 12.856 professores votaram, o que representa 19,1% do universo de

67.268 docentes aptos. Para se ter uma ideia, em 2018, também com duas chapas na corrida, o Andes tinha 69.152 eleitores e 24,4% deles compareceram às urnas, ou seja, foram 16.887 votantes. Esta foi a segunda vez, em 16 anos, que a diretoria foi disputada por duas chapas.

No quadro nacional, o número de eleitores sofre queda desde 2016. De lá para cá, são menos 3.185 docentes filiados ao Andes. Embora tenha caído a participação geral, esta eleição demonstra uma tendência iniciada nas eleições de 2018. A oposição à dire-

toria nacional ganha espaço. No cenário nacional houve virada favorável à Chapa 2 em algumas seções sindicais, inclusive na UFRJ. Por isso, a distância entre as chapas diminuiu. Em 2018, 1.517 votos separavam os dois grupos. Neste ano, a diferença caiu para 1.428 votos.

O **Jornal da AdUFRJ** ouviu as duas chapas. “Acredito que a eleição exerceu a função de colocar o Andes em evidência. Sem dúvidas, o sindicato sai vitorioso de todo esse processo”, avalia a professora Rivânia Moura. “Foi um processo eleitoral complexo

que, de alguma maneira, criou obstáculos para que determinados setores vinculados ao Andes pudessem votar”, acredita sua opositora, a professora Celi Taffarel.

Tanto a presidente eleita quanto a candidata derrotada no pleito apontam para a necessária unidade do movimento docente e entre o conjunto de trabalhadores. Elas avaliam o resultado das eleições, a baixa presença nas urnas e apontam as tarefas mais urgentes do Sindicato Nacional para os próximos dois anos.

ENTREVISTA | RIVÂNIA MOURA Presidente eleita do Andes

Jornal da AdUFRJ – Como avalia as eleições e a vitória nacional?

Rivânia Moura – O processo eleitoral, mesmo nesse período completamente excepcional, foi muito positivo. Os debates entre as chapas, as campanhas, tudo isso mexeu com a categoria, movimentou os professores. Acredito que a eleição exerceu a função de colocar o Andes em evidência. Sem dúvidas, o sindicato saiu vitorioso. Também avaliamos o resultado de maneira muito positiva. Temos debatido muito sobre como o sindicato deva seguir com suas lutas e a categoria escolheu manter o Andes com suas características e concepções.

Quais são os desafios mais imediatos para a sua gestão?

Estamos vivendo uma conjuntura muito difícil, de muitas perdas. O nosso principal desafio é construir a unidade. Há um conjunto de ataques que abrangem todo o conjunto da classe trabalhadora. E construir a unidade é pensar em unidade na luta, que construa a resistência a essa conjuntura. A tarefa mais urgente é barrar a reforma administrativa. Para isso, precisamos atuar em dois âmbitos: a articulação dos servidores públicos, mas ir além e congrega os trabalhadores que não são servidores. Porque, ao destruir os serviços, a reforma atinge a população de maneira geral. Precisamos levar esse debate para a população usuária desses serviços. A reforma já está em tramitação e precisamos agir com urgência. Se ficarmos restritos aos servidores, será muito mais difícil. Conectada a esta pau-

ta estão outras, como o corte no orçamento das universidades e das agências de fomento à pesquisa, que inviabiliza o funcionamento dessas instituições. Outra pauta que temos urgência em tratar é a do ensino remoto, que já está trazendo adoecimento e acumulando prejuízos para a categoria. Precisamos pensar numa regulação para este modelo tão precarizante de trabalho. Devemos pausar as condições de trabalho nas seções sindicais e fazer uma luta mais articulada e unificada pela regulamentação.

A senhora falou em unidade, mas, internamente, há várias correntes no Andes e muitas vezes uma dificuldade de entendimentos. Ter duas chapas é um reflexo, inclusive.

Sem dúvidas, a unidade precisa ser construída dentro do movimento docente também. Temos várias correntes e eu considero isso muito importante. Faz com que haja a crítica, o questionamento, com que o sindicato cresça. Temos muita convicção de que nossos inimigos não estão no movimento docente. Nossas diferenças não nos tornam inimigos, mas nos impulsionam. O sindicato tem esse desafio de construir as lutas, apesar das diferenças. Passada a eleição, precisamos de todos juntos.

Apesar das duas chapas, houve uma queda da participação geral de professores, se compararmos com 2018. A que a senhora atribui essa baixa presença nas urnas?

Atribuo a vários fatores: isolamento so-

cial, individualização do nosso trabalho. Essa foi a primeira vez que o Andes fez uma eleição na modalidade remota, telepresencial, algo que ninguém estava habituado. Além disso, está todo mundo cansado de trabalhar o tempo todo, há oito meses, de forma remota. Há um enorme desgaste. O modelo trouxe dificuldades de acesso e isso também precisa ser considerado. Mas, mesmo nesse contexto, houve participação de muitos professores e precisamos também valorizar este esforço.

Apesar da queda nacional, esse número aumentou em 40% na UFRJ. Além disso, houve uma virada, com vitória da Chapa 2, se compararmos com 2018. Como a senhora vê esse cenário?

Esse aumento demonstra que a AdUFRJ chamou a categoria ao debate e é isso que esperamos das outras seções sindicais: que se aproximem de sua base. A UFRJ teve uma boa campanha das duas chapas e isso precisa ser atribuído também à militância das duas chapas. Essa foi uma vitória para o sindicato e precisa ser reconhecida, porque fortalece o Andes. A Chapa 2 teve mais votos, mas foi uma votação próxima. O grande ganho é que houve um aumento do engajamento dos professores da UFRJ.

É preciso destacar que o afastamento da categoria, baixa de sindicalizações, aumento de desfiliações é um revés enfrentado pelos sindicatos em geral. E por isso também esse aumento na UFRJ precisa ser valorizado.

ENTREVISTA | CELI TAFFAREL Candidata da Chapa 2

Jornal da AdUFRJ – Com o resultado, desfavorável para a sua chapa, qual a mensagem que a senhora deixa para os docentes?

Celi Taffarel – Quero agradecer todos que compõem o movimento docente e, em especial, aos 82 professores que comigo apresentaram uma proposta para dirigir o Andes. Quero me dirigir também a todos os que foram para as urnas, independentemente se votaram na Chapa 1 ou na Chapa 2, porque quem saiu ganhando é o nosso sindicato. O Andes vai ter que enfrentar batalhas difíceis. Temos que derrubar o governo Bolsonaro, temos que barrar a reforma administrativa, lutar por nossos direitos. Essa é uma tarefa de todos e todas.

É a segunda eleição que o Renova Andes perde, apesar de ganhar mais espaço desde as eleições passadas. Como avalia esse momento?

Foi um processo eleitoral complexo que, de alguma maneira, criou obstáculos para que determinados setores vinculados ao Andes pudessem votar. Mas a eleição se procedeu, o resultado foi anunciado e daqui para frente nos cabe, enquanto cientistas, professores, pesquisadores, compreender a complexidade desse momento e nos unificar na luta para fazer face ao que está posto. E o que está posto é a destruição do sistema de fomento à ciência e tecnologia. Para fazer face ao negacionismo, ao obscurantismo, nós precisamos defender o que conquistamos até agora em termos de sistema nacional. Isso exige unidade e o fortalecimento dos instrumentos de luta, que são nossos sindicatos.

Quais os planos daqui para frente?

O Renova Andes vai continuar na sua tarefa de fazer críticas, apresentar proposições programáticas, compor, dirigir, acompanhar todos que quiserem tomar para suas mãos a tarefa de fortalecer os instrumentos de luta da classe trabalhadora. Quero parabenizar a comunidade da UFRJ, porque sei que tem bravos lutadores e lutadoras que vão contribuir para construir a unidade na luta.

Na UFRJ, participação de docentes cresceu 40%

> Número de votantes saltou de 542, em 2018, para 762. Chapa 2, de oposição, foi a mais votada na seção sindical, com 396 votos contra 364 da chapa 1, vencedora no plano nacional

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Alguns problemas marcaram a primeira eleição virtual para a direção do Andes-SN. Diante das dificuldades apresentadas pelo inédito modelo de votação telepresencial, o quórum nacional caiu (leia mais na página 6). Na UFRJ, por outro lado, uma notícia positiva: a participação dos docentes no pleito cresceu 40%. De 542 votantes,

em 2018, para os 762 de agora.

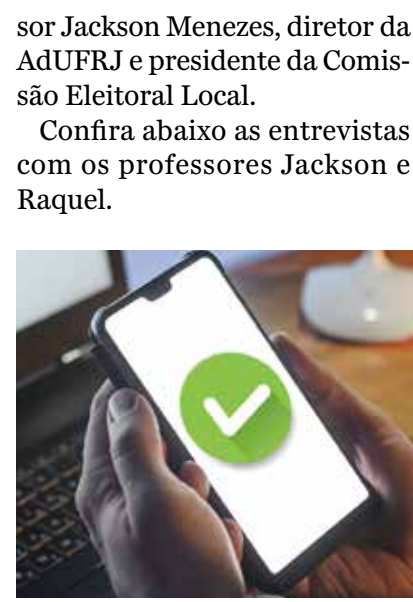
“Nacionalmente, o processo é preocupante. O quórum e o universo de sindicalizados caíram”, afirmou a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. “Mas, do ponto de vista da UFRJ, estamos muito felizes. A vitória de uma ou outra chapa é o menos importante. O mais importante é que fomos eleitos com uma proposta de fortalecer o Andes na UFRJ. E nós conseguimos aumentar muito o quórum em relação à eleição anterior”, completou.

Presidente da Comissão Elei-

toral Central, a professora Raquel Dias Araújo minimizou a redução do número de votantes. “O total diminuiu, mas superou nossas expectativas. Esses 13 mil são o segundo maior resultado de eleição do Andes, nos últimos 20 anos. Só fica abaixo exatamente das últimas eleições, de 17 mil”, disse. Raquel considerou que o período curto entre a decisão pelo retorno do processo eleitoral (durante o 9º Conad Extraordinário, em 30 de agosto) e a votação pode ter contribuído para a queda. Além da organização de infrastru-

ra para uma eleição “absolutamente nova para todo mundo”.

Nova e problemática. A demo- para para acessar o sistema de votação, dificuldades de comunicação entre a comissão local e a comissão central, sindicalizados precisando votar em separado e o atraso na apuração tiraram a tranquilidade dos professores. “A gente especula que a experiência de votação no primeiro dia de uma parcela considerável dos docentes foi muito ruim. No período da manhã, fiquei 50 minutos esperando para votar e não consegui”, relatou o profes-



ENTREVISTA | JACKSON MENEZES Diretor da AdUFRJ e Presidente da Comissão Eleitoral Local

Como foi o trabalho da Comissão Eleitoral Local?

Aos membros da comissão eleitoral não era permitido acesso às seções de votação. Como presidente da comissão, em nenhum dia consegui entrar nas salas para prestar esclarecimentos. Quando eu entrava no sistema, já aparecia uma mensagem que eu tinha votado e não me direcionava mais (para as salas). Houve fiscais também que não conseguiram acessar as salas. Fomos uma Comissão Eleitoral Local quase sem função. No final de cada dia, a gente se reunia para discutir relatos de pessoas. Não havia dados para trabalhar.

Como foram formadas as mesas virtuais de votação da AdUFRJ?

Foi solicitado para a comissão local enviar uma lista de mesários, indicando os presidentes e secretários. Na comissão local, definimos que para cada mesa de votação sempre teria um indicado pela chapa 1 e um pela chapa 2. E haveria revezamento: por exemplo, no turno da manhã, a presidência seria da chapa 1; no turno da tarde, da chapa 2; à noite, retornaria para a chapa 1; no dia seguinte, começaria ao contrário e assim sucessivamente. A informação que chegou

que foi presidente do Andes, a reitora Denise Pires de Carvalho, por exemplo, votaram em separado...

Ficamos preocupados. Será que não colocamos esses nomes na lista de votantes? Eu fiz esse trabalho de pegar a lista que enviamos para o Andes e os nomes constavam. Mas tivemos três ou quatro casos de sindicalizados que não estavam na nossa listagem inicial de votantes.

Alguma mensagem para quem participou da eleição?

Primeiro, é um agradecimento aos membros da Comissão Eleitoral Local. Mesmo sem muita informação do que a gente poderia fazer, todo mundo se empenhou o máximo possível. Agradecer a todos que compareceram a votar. Parabenizar a diretoria que nos deu todo o suporte. E agradecer aos mesários e aos fiscais que trabalharam e nos ajudaram nesse processo.



ENTREVISTA | Raquel Dias Araújo Presidente da Comissão Eleitoral Central

Por que houve tanto problema no início da eleição?

Tivemos dificuldade muito grande do envio, por parte das seções sindicais, dos dados dos sindicalizados. O segundo problema, maior que o primeiro, foi exatamente a lista dos mesários. Houve erro que impossibilitava o acesso ao sistema. Nós passamos o primeiro dia inteiro só resolvendo problema de dado de mesário que estava errado, como CPF, ou mesário que esqueceu a senha. Só a partir da metade do segundo dia que o sistema foi se estabilizando.

Qual foi o critério para composição das mesas?

Não poderia haver dupla função, pois cada pessoa era registrada apenas uma vez no sistema. Só podia acessar se a função fosse informada. Quando a função não havia sido definida (pela comissão local), fomos preenchendo no primeiro dia, quando a pessoa entrava em contato.

Às vezes, os fiscais não conseguiam retornar para a mesma sala, quando caía a conexão. Por quê?

Essa foi uma definição na montagem do sistema. O acesso era por ordem de entrada. O primeiro presidente que logasse no sistema ia, digamos assim, para uma

sala virtual número 1. O primeiro secretário que logasse não ia cair na sala 2, caía exatamente na sala 1. E o primeiro fiscal, caía na mesma sala. Se um fiscal da chapa 1 saiu porque caiu a internet e há outro fiscal da chapa 1 na fila, o que saiu vai cair em outra sala quando tiver espaço.

Por que professores sindicalizados há muito tempo votaram em separado?

Houve dois grupos de votos em separado: o tradicional, quando a pessoa não está lista; e o das pessoas que estavam na lista, mas foram desviadas para essas mesas nacionais de voto em separado. Se as mesas da seção sindical estivessem ocupadas, para agilizar a votação, a pessoa poderia ser direcionada para essas mesas

Por que a apuração atrasou tanto?

Foi o problema do envio e, depois, da resposta (da validação dos votos em separado). Havia um volume muito grande de voto em separado. No último dia de votação, às 21h, havia 80 mesas com fila em todo o país. Até encerrar e gerar a lista de votos em separado, isso demorou mais tempo que o previsto. A gente mandou um comunicado às 4h30 (estendendo o prazo de validação).

NÚMEROS BRASIL

2014 (chapa única)	2016 (chapa única)	2018 (duas chapas)	2020 (duas chapas)
66.532 aptos a votar 9.157 votantes	70.473 aptos a votar 9.807 votantes	69.152 aptos a votar 16.887 votantes	67.268 aptos a votar 12.856 votantes
Chapa 1: 8.390 votos -	Chapa 1: 8.891 votos -	Chapa 1: 8.732 votos Chapa 2: 7.215 votos Brancos e nulos: 940 votos	Chapa 1: 7.086 votos Chapa 2: 5.658 votos Brancos e nulos: 112 votos
Brancos e nulos: 767 votos	Brancos e nulos: 916 votos		

NÚMEROS DA UFRJ

2014 (chapa única)	2016 (chapa única)	2018 (duas chapas)	2020 (duas chapas)
3.290 aptos a votar 307 votantes	3.659 aptos a votar 456 votantes	3.481 aptos a votar 542 votantes	3.847 aptos a votar 762 votantes
Chapa 1: 296 votos -	Chapa 1: 416 votos -	Chapa 1: 295 votos Chapa 2: 232 votos Brancos e nulos: 15 votos	Chapa 1: 364 votos Chapa 2: 396 votos Brancos e nulos: 2 votos
Brancos e nulos: 11 votos	Chapa 1: 40 votos		



OS IMPACTOS NA CIÊNCIA DA VITÓRIA DE JOE BIDEN

> Confirmada a chegada do democrata à Casa Branca, especialistas avaliam como o novo governo vai lidar com temas como o combate à covid-19 e a relação com as universidades

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrj.org.br

A vitória de Joe Biden na eleição presidencial norte-americana, confirmada pelos institutos de pesquisa e pelas agências de notícias no sábado (7/11), pode trazer novos ares às áreas de Ciência e Inovação nos Estados Unidos e em boa parte do mundo, com reflexo direto nas universidades, como produtoras e difusoras de conhecimento. Em discurso feito na segunda-feira (9/11) de seu gabinete de presidente eleito, em Wilmington, estado de Delaware, o democrata anunciou medidas radicalmente opostas à prática de seu antecessor na Casa Branca, o republicano Donald Trump. Nomeou uma equipe de especialistas para combater a pandemia de covid-19 nos EUA, entre eles a pesquisadora brasileira Luciana Borio, garantiu que a vacina será gratuita, e reiterou a necessidade do uso de máscara, item ignorado por Trump. “Uma máscara não é uma declaração política, mas uma boa forma de unir o país”, disse Biden.

A disputa acirrada entre o democrata e o republicano deixou evidentes as severas diferenças entre dois campos. Enquanto Trump desacreditou a Ciência, promoveu aglomerações, não usou máscara publicamente e prometeu reconduzir o país ao “normal” em 2021, Biden se comprometeu desde o início da campanha a restaurar a confiança e a transparência do governo na Ciência, incluindo a recomendação para o uso da máscara em todo o país.

Para Luis Fernandes, professor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID) da UFRJ e da PUC-Rio, a atuação geral dos governos democratas nos Estados Unidos é sempre mais aberta para acordos de cooperação científica e tecnológica. “Desde que essas tecnologias não sejam identificadas como tecnologias críticas ao interesse



AO LADO DE SUA VICE, Kamala Harris, Biden discursa após ter confirmada a sua vitória

estratégico dos Estados Unidos”, pontuou. Por exemplo, existe um embate na área de C&T sobre o desenvolvimento da fronteira entre Tecnologias de Informação e Comunicação que é o 5G. “Eu acho que o futuro governo Biden, assim como o governo Trump, insistirá muito para que o Brasil não adote tecnologia da Huawei para o 5G”, opinou o cientista político.

Luis acredita que o alinhamento automático da política externa brasileira com Biden será menor do que com o governo Trump. “Isso talvez crie mais margem de manobra para o governo brasileiro, para exercer mais amplamente a sua autonomia nessas negociações”, diz. O governo Bolsonaro cometeu um erro de alinhamento automático e de subordinação na sua política externa, afirma o professor. “Não digo a agenda externa dos Estados Unidos, mas a agenda político-ideológica do governo Trump”, explica. “Evidentemente esse contexto cria embaraços e dificuldades para que o governo atual lide com o governo Biden”, afirma.

Nos últimos anos, o orçamen-

to enviado pelo Poder Executivo dos EUA ao Congresso Nacional sofreu cortes severos nas áreas de Ciência e Inovação. “O Congresso tem resistido. Ele rejeitou a proposta de Trump e aumentou o orçamento em relação ao ano anterior. A posição do Congresso norte-americano é de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, e essa não era a mesma posição do presidente Trump”, explica o presidente da Academia Brasileira de Ciências e professor do Instituto de Física da UFRJ, Luiz Davidovich. Ele acredita que a vitória de Biden vai aumentar as possibilidades de envolvimento científico e tecnológico nos Estados Unidos, mas isso não necessariamente se refletirá no Brasil. “O orçamento para Ciência e Tecnologia no Brasil tem sido fortemente cortado. Então vai depender do que o nosso Congresso vai conseguir estruturar”, afirma.

Joe Biden prometeu levar os Estados Unidos de volta ao Acordo Climático de Paris, do qual o país se retirou sob o comando de Trump, que usou dados inconclusivos como jus-

tificativa. “Isso é uma questão que tem a ver com a civilização humana”, opina Davidovich. “A questão do clima é essencial, as mudanças climáticas vão afetar todo mundo. Acho importante que não só o Biden, mas que as lideranças dos principais países poderosos tenham uma atitude que vá além das fronteiras do país, no sentido de pensar na sobrevivência da humanidade”.

Já para Fernando Brancoli, professor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ, as universidades norte-americanas, principalmente as públicas, viraram bastiões de resistência contra o governo federal: “Principalmente porque as principais estão em estados tradicionalmente democratas, de oposição ao Trump”, conta. Ele realizou seu doutorado em Santa Bárbara, na Califórnia, onde ainda mantém vínculos institucionais e é pesquisador, por isso está por dentro das estratégias de enfrentamento criadas por algumas universidades.

“Foram desenvolvidas tecnologias para tentar lidar com as *fake news*, por exemplo”, diz Fernando. Durante a eleição,

algumas atitudes nefastas foram tomadas para tentar impedir que as pessoas votassem. “A mais explícita e mais bizarra foi com eleitores em Flint, no estado de Michigan, que tradicionalmente vota para os democratas. Os eleitores receberam ligações automáticas dizendo que havia muitas filas nos espaços de eleição e que era para ficar em casa e votar no dia seguinte, pois esses espaços seriam abertos novamente para eles votarem. Era mentira”, explica o professor. “Era basicamente alguém não querendo que os democratas votassem. Quem identificou isso mais rápido foi, basicamente, um software desenvolvido pela Universidade da Califórnia, que conseguiu lançar mensagens e encontrar as pessoas”, diz. “Esses espaços institucionais servem para que as pessoas sejam mais críticas e, em alguma medida, não acreditem tanto em baboseiras”, opina Brancoli.

Até o fechamento desta edição, Donald Trump ainda não havia reconhecido a vitória de Joe Biden, insistindo na tese de fraudes na eleição. Sem qualquer comprovação.